

## HOMOPARENTALIDADE: A RELAÇÃO ENTRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO BRASIL, SUÉCIA E PORTUGAL

*Ana Carolina R. B. G. Rodrigues*

*Matheus Vercesi Chiquetto*

*João Rodrigo Maciel Portes*

**RESUMO:** A homoparentalidade é uma modalidade familiar que ganhou destaque nos últimos tempos, a sua diferença das demais constituições, diz respeito à orientação sexual do casal. Apesar dos registros históricos em que homossexuais possuem filhos, é recente a visibilidade nacional que a homoparentalidade tem ganhado, adquirindo direitos iguais as outras constituições familiares, apesar do processo ser lento e ainda desigual, atualmente é possível reconhecer a união entre duas pessoas do mesmo sexo no Brasil. Em relação a adoção por casais homossexuais, não há nenhum tipo de lei de proibição, porém observa-se que este processo é prejudicado pelo preconceito enraizado nos profissionais responsáveis pelo andamento dos casos, estes fundamentam seus discursos na homofobia, pautando as capacidades parentais na orientação sexual como argumento para haver menor predisposição parental, porém não é aceitável que a análise para adoção seja feita com base na orientação sexual dos pais. A Associação Americana de Psiquiatria (APA) comparou famílias compostas por casais homossexuais e heterossexuais, e os filhos resultantes das duas configurações familiares, concluindo que as famílias homo afetivas são tão competentes quanto as heterossexuais para criar ambientes familiares seguros para seus filhos. Esse trabalho tem como objetivo discutir as políticas públicas relacionadas à homoparentalidade entre Brasil, Suécia e Portugal. Esse estudo configura-se como uma revisão não sistemática da literatura. Atualmente, frente aos três países, é notável que a Suécia se encontra avançada em relação aos direitos das constituições familiares, e às políticas que efetivem estes direitos, pois pessoas do mesmo sexo possuem legalidade ao casamento civil, o que equivale-se no Brasil, onde isto também é possível, apesar de não haver políticas tão eficazes para a efetivação destes direitos, porém, se formos partir o olhar do Brasil para Portugal, ainda sim Portugal estaria em atraso, pois não possui nenhuma lei que legitime o casamento homossexual. A conquista de ser reconhecido legalmente como casal traz a estes direitos concedidos a uma entidade familiar, sendo assim, a criação de políticas públicas relacionadas a esta minoria auxilia no desenvolvimento de leis que regulamentem os mesmos para que não haja uma visão discriminatória referente as diferentes constituições familiares.

**PALAVRAS-CHAVE:** Homoparentalidade. Políticas Públicas. Brasil. Suécia.